

TRIBUTOS

Lula cobra de ministros e líderes governistas que ampliem as negociações e as promessas para aprovar a CPMF o mais rápido possível

Pressão total no Senado

DANIEL PEREIRA E GUSTAVO KRIEGER
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou ontem aos ministros que intensifiquem as negociações, sobretudo com a oposição, para garantir a aprovação da proposta de emenda constitucional

que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF. Na reunião da coordenação política, Lula comemorou a disposição do PSDB de votar a favor da renovação do tributo mediante contrapartidas do governo. A avaliação do presidente é que a CPMF será aprovada, mas que é preciso negociar até para dar discurso a muitos senadores

que precisam justificar publicamente o voto a favor do imposto. Essa justificativa viria das mudanças negociadas na proposta. Mas Lula orientou os ministros a negociar para que qualquer concessão seja feita por lei ordinária. Não admite a possibilidade de modificar a emenda constitucional, para que ela não tenha de voltar à Câmara.

Com a janela para negociação aberta, cobrou pressão dos auxiliares na definição das concessões que serão apresentadas aos partidos políticos e aos contribuintes. Já está certo que haverá desoneração tributária. Resta saber se por meio da redução da alíquota da CPMF, da isenção da contribuição para determinada parcela da população ou do fim e diminuição de outros tributos, especialmente em caso de novos investimentos.

Entendimento
O governo promete baixar as bonidades tributárias por meio de medida provisória tão logo a CPMF seja prorrogada. "Esta semana é de construção do entendimento.

Temos que conversar com a parcela da oposição que quer diálogo. É uma pena que o DEM não queira", disse o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. Na reunião, o governo ratificou o entendimento de que tem votos necessários para aprovar no Senado a prorrogação da CPMF.

Para tanto, são necessários os votos de 49 dos 81 senadores. Os partidos governistas têm 53 cadeiras na Casa, contando com César Borges (BA), Romeu Tuma (SP) e Edison Lobão (MA), que migraram do DEM para PR (os dois primeiros) e PMDB. Segundo a planilha elaborada no Planalto, devem haver cinco defecções nas hostes governistas: Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Mão Santa (PMDB-PI), Pedro Simon (PMDB-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Se confirmadas, os partidos da coalizão garantirão 48 votos a favor da CPMF, um a menos do que o necessário. Para cobrir a diferença, o governo espera contar com a ajuda de senadores do PSDB.

Breno Fortes/CB - 8/2/07



CID GOMES: SEM A CPMF, A "INFLAÇÃO E OS JUROS VÃO EXPLODIR; SERÁ O CAOS"

País "ingovernável"

O governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), defendeu ontem, de maneira veemente, a prorrogação da CPMF. Segundo ele, sem a receita anual dessa contribuição — de cerca de R\$ 40 bilhões — o governo corre o risco de quebrar e isso terá repercussões no mercado e na vida das pessoas. "Se o governo federal perder do dia para a noite essa receita, os juros vão subir e a inflação vai voltar, porque o governo não vai conseguir honrar os compromissos que tem", destacou. E emendou: "Quem vai perder, em primeiro lugar, são os empresários porque pode explodir juros e inflação; será o caos."

Ainda na defesa da prorrogação da contribuição, o governador do Ceará destacou que "qualquer governo, de qualquer presidente, de qualquer partido precisa da CPMF. Nenhum partido consegue governar o Brasil sem essa contribuição e se (a sua prorrogação)

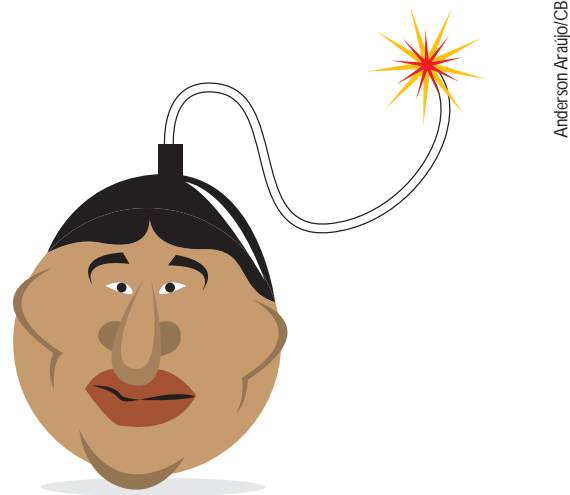
for rejeitada, será o caos no Brasil." Na sua avaliação, a disposição que o PSDB tem de demonstrado em negociar se dá pelo fato desse partido já ter sido governo e ter a perspectiva de, no futuro, poder vir a ser governo de novo. "Este país ficará ingovernável se a partir de janeiro de 2008 não contar com a CPMF", disse.

Para Gomes, fala-se muito que o governo federal está com superávit "porque inventaram um tal de conceito de superávit primário, que é as despesas do governo menos os juros, como se juros não fosse uma despesa que o governo tivesse de honrar". E destacou que o governo federal, cuja dívida é de mais de R\$ 1 trilhão, não consegue pagar anualmente metade dos juros. "O que se coloca agora é que o governo não tenha mais R\$ 40 bilhões de receita (CPMF); se com isso ele já não paga nem os juros da dívida, sem essa receita ele quebra", emendou.



por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



Anderson Araújo/CB

A Bolívia e o erro repetido

Não tem atraído a merecida atenção em nosso país a crise que parece cada vez mais perto de engolfar a vizinha Bolívia. Insatisfeita com o governo étnico-nacionalista de Evo Morales, parte da elite do oriente boliviano trabalha dia e noite para dividir a Bolívia em duas. La Paz ficaria com o altiplano e a pobreza, enquanto Santa Cruz de la Sierra seria a capital de um novo país, predominantemente branco e mais próspero.

Naturalmente, a ameaça secessionista desperta reações duríssimas no governo Morales, responsável constitucional pela preservação da integridade territorial do país andino. Não há sinal de que as coisas caminhem para acabar bem, até porque os divisionistas acreditam contar com simpatia externa para seus planos. Contabilizam apoios no Chile e nos Estados Unidos.

Dos chilenos, esperam a solidariedade de uma nação que vive às turras com La Paz por causa da inexistente saída da Bolívia para o mar. Dos americanos, aguardam o ombro amigo de quem vê com apreensão tanto a aliança entre Morales e o presidente venezuelano, Hugo Chávez, como a expansão da influência deste pelas américas do Sul e Central.

Importa menos nesta altura do campeonato saber se o separatismo boliviano conta de fato com tais apoios, ou apenas delira. O fato é que o secessionismo oriental julga-se forte o suficiente para confrontar o poder central. Há sinais, inclusive, de que armas têm sido introduzidas ilegalmente na região, como preparação de uma eventual resistência militar dos divisionistas.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva, as relações entre os nossos dois países vêm sendo conduzidas aos trancos e barrancos desde a posse de Morales no começo do ano passado. Inicialmente, o Itamaraty "terceirizou" para a Petrobras a diplomacia em torno da reivindicação boliviana de um preço menos injusto para o gás vendido a nós. Talvez Lula tenha confiado em cozinhar Morales no fogo brando em que o presidente brasileiro está habituado a ferver os assuntos espinhosos — esperando, indefinidamente, pela solução a "custo zero" para ele, Lula.

Deu errado, até porque Evo Morales, assim como seu colega brasileiro, estudou na escola dos líderes sindicais habituados a morder e assoprar, a ter paciência enquanto não vem o desfecho favorável. Quando o caldo entornou na relação com a Bolívia, com a nacionalização das refinarias da Petrobras naquele país, o presidente brasileiro em pessoa teve de colocar a mão na massa para conseguir uma saída que pudesse ser vendida como digna à opinião pública do Brasil.

Agora, a inapetência presidencial e do Itamaraty parece repetir-se perigosamente. O governo brasileiro assiste com passividade ao aumento da temperatura na região fronteiriça. É curioso e preocupante que a diplomacia brasileira, tão ativa em relação a amigos mais distantes, permaneça imóvel enquanto se agrava um potencial foco de crise político-militar bem aqui do lado.

Os interesses estratégicos do Brasil estão casados com os planos de uma América do Sul pacífica, próspera, democrática e livre do terrorismo e de armas de destruição em massa. A doutrina oficial do Itamaraty reza que tais objetivos serão mais facilmente atingidos quanto mais se integrem os países do continente. Uma integração ampla. Comercial, política e militar.

Não se coaduna com essa doutrina uma suposta "neutralidade" diante da ameaça de divisão e guerra civil num país vizinho. Aliás, como é que o Brasil imagina acumular fichas suficientes para ingressar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas se não consegue exercer com eficácia nem o seu papel natural de potência regional? Liderança é um atributo que impõe responsabilidades geopolíticas. Liderança não é nem nunca será apenas entupir os vizinhos de produtos que nos garantam uma balança comercial suficientemente favorável para resolver os nossos próprios problemas.

É elogiável que o presidente da República esteja dedicado à tarefa de caixeiro-viajante, como ele mesmo gosta de reafirmar sempre que possível. Entretanto, como bem sabem os profissionais do Itamaraty, política externa não é só isso.

Colorado
REVOLUÇÃO EM CONCESSIONÁRIA

IMPERDÍVEL.
OS PREÇOS MAIS BAIXOS ESTÃO NA SUBIDA DO COLORADO.

Entrada + 72x
de: **R\$ 625,00**

Ford Fiesta Trail 1.0 flex
cat.10t9 **COMPLETÍSSIMO**

Ford RANGER 4X2
cab.simples 2.3 – 16v gasolina
cat.g705
A partir de: R\$ 45.900,00

GRÁTIS PARA ESTAS OFERTAS

- TAPETES
- EMPLACAMENTO
- IPVA 2007
- TANQUE CHEIO

Ford Fusion

A partir de: R\$ 82.900,00

cat.fu18

Subida Colorado, a 4min. do Lago Norte
3302-7000

Promoção válida até o dia 23/10/07 ou enquanto durarem os estoques. Ford Fiesta Trail 1.0 flex cat. 10t9, 72 (setenta e duas) parcelas de R\$ 625,00 com taxa de 1,39% a.m. por meio do programa Ford credit, total a prazo R\$ 45.000,00. Ford Ranger 4x2 cab. simples 2.3 16v gasolina cat. g705, no valor de R\$ 45.900,00, podendo ser financiado em plano de 72 (setenta e duas) parcelas com taxa de 1,39% a.m. por meio do programa Ford credit. Ford Fusion cat. fu18 por R\$ 82.900,00 podendo ser financiado em plano de 72 (setenta e duas) parcelas com taxa de 1,39% a.m. por meio do programa Ford credit. Cadastro sujeito à aprovação de crédito. Veículos na cor sólida. Fotos meramente ilustrativas. Estas ofertas não abrangem os veículos destinados à locadora, auto-escola, autarquias e órgãos públicos, táxis, test drives, transporte de passageiros ou qualquer outra modalidade de venda direta.

Combater a fome agora é lei.
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

Mais Brasil para mais brasileiros

www.maisbrasil.gov.br